Rua Rui de Almeida, nº 630 - Centro - Itumbiara-GO
comite.paranaiba@agenciaabha.com.br
(64) 3431-5026

Relatório da 4ª Reunião do GT da Hidrovia do CBH Paranaíba
Data: 23.05.2018
Local: Federação das Indústrias do Estado de Goiás, Goiânia – GO.

Membros Participantes: Adenones Agostinho de Freitas (CBH Baixo Paranaíba), Alexandre Spegiorion de Almeida (Caramuru Alimentos S/A), Cristiandrea Ciciliato (Movimento Verde Paracatu), José Aparecido Sorratini (via skype) (UFU), José Luiz Gomes Zoby (via skype) (ANA), Maurício Augusto Leite (Unesp – Câmpus de Ilha Solteira), Pedro Arantes (FAEG) e Rodrigo Antônio Di Lorenzo Mundim (IGAM).

Demais Participantes: Cristiano Palavro (FAEG), Elaine Lopes Noronha Farinelli (FIEG), João Climaco Soares de Mendonça (Instituto Oca do Sol), Luiz Fernando Horta de Siqueira (SINDASP), Luizio Rizzo (SINDASP), Marcos Aurélio Gomes Antunes (Secima), Nádia Mariany Gomes Ribeiro Guimarães (ABHA) e Renato Gomes Pereira (Caramuru Alimentos S/A).

Pauta:

1. Abertura da 4ª Reunião do GT Hidrovia
2. Aprovação do Relatório da 3ª Reunião do GT Hidrovia
3. Análise do Documento Orientativo
4. Encerramento.

Assuntos Tratados:

O grupo revisou o Plano de Recursos Hídricos da bacia do Rio Paranaíba onde menciona que em 8 de janeiro de 1997 foi criada a Lei Federal nº 9.433, mais conhecida como Lei das Águas, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH). O reconhecimento da necessidade de proteger as águas dentro da estrutura global ambiental a partir da gestão integrada dos recursos hídricos ao meio ambiente, para garantir o desenvolvimento sustentável e à manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Os principais fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos no artigo 1º da Lei Federal nº 9.433 destaca que a água é um bem público (não pode ser controlada por particulares) e recurso natural limitado, dotado de valor econômico, mas que deve priorizar o consumo humano e de animais, em especial em situações de escassez. A gestão das águas deve proporcionar os usos múltiplos (abastecimento, geração de energia, irrigação, indústria) e sustentáveis, deve se dar de forma descentralizada, com participação de usuários, da sociedade civil e do poder público.

A hidrovia Paranaíba-Tietê-Paraná começa no Rio Paranaíba passa pela UHE São Simão se estende pelo Rio Paraná e Rio Tietê, os dois Rios têm usina de geração hidroelétrica e eclusas que permitem sua transposição. Em 2015 mais de 6 milhões toneladas de soja, milho, cana de açúcar, madeira, adubo, fertilizante, foram transportadas pela hidrovia, de acordo com os relatórios analisado pelo estudo do grupo.

Rua Rui de Almeida, nº 630 - Centro - Itumbiara-GO
comite.paranaiba@agenciaabha.com.br
(64) 3431-5026

O grupo de trabalho estudou documentos técnicos elencando as vantagens do transporte hidroviário como a eficiência energética, capacidade de concentração de cargas, além disso, o menor consumo de combustível, menor emissão de poluentes, diminuição do congestionamento de tráfego nas rodovias, e de menor custo de investimento em infraestrutura, menor número de acidentes, de custo operacional e diminuição do impacto ambiental. O conjunto de vantagens mostra como é viável trabalhar com transporte hidroviário em relação à ferrovia e rodovia.

Estudos de relatórios constam que mantiveram a navegação paralisada por 20 meses, entre março 2014 a janeiro de 2016. Com a problemática da discussão de voltar a paralização da hidrovia, foi criado o GT Hidrovia para sensibilizar todos os órgãos gestores para não ocorrer privilégio de um setor em função de outro.

O senhor **João Climaco Soares (Instituto Oca do Sol)** defendeu o ponto de vista em favor da Sociedade Civil. Comentou que a paralização da hidrovia causou consequências aos trabalhadores e muito desemprego, que mais de 10 mil pessoas ficaram desempregadas, afetando milhares de famílias na região. Sugeriu a necessidade de buscar uma conversa com os Comitês, pois os Comitês precisam se posicionar com relatórios de diagnóstico, prognóstico e perspectiva de limites de possibilidades, ou seja, não só um retrato da situação, mas os limites. Solicitou que haja um fundo de compensação aos trabalhadores caso venha ocorrer nova paralização. Questionou se os outros Comitês da área de influência estão atuando em relação a este problema. Falou a necessidade de um critério para o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para que os Comitês contribuam com a pauta e levem o problema para o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e para a Agência Nacional de Águas (ANA) tendo assim mais legitimidade.

O senhor **Maurício Leite (Coordenador do GT Hidrovia)** disse que o modelo de gestão precisa ser mais participativo, acionado e articulado para que não haja uma sobreposição de atores.

O senhor **José Luiz Zoby (ANA)** comentou que em relação a outorga precisa ser mais detalhada, conhecer melhor o trecho, os problemas, pois não tem uma cota mínima que vai garantir a outorga. Disse que tem que ser dada com nível de garantia de escassez e que olhando para o passado e para as possibilidades de escassez do futuro, não tem outorga que vai dar garantia de 100 % da navegação. Relatou que haverá uma nova avaliação para saber as condições da bacia, as previsões hidrológicas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) que apresentam projeções de previsões de 15 dias, às vezes para 3 meses. Disse que (ONS) mostra as condições dos reservatórios com previsão em médio prazo. Falou que acha importante o Comitê ouvir os diferentes setores e trazer para sala de discussão da ANA. Disse que o Comitê deve participar melhor, posicionar, mobilizar setores, comunicar e não manter as reuniões somente em grupos de trabalho. Explicou que é um desafio e precisa ter clareza dos papéis de quem solicita outorga, também precisa de uma articulação que não está estruturada. Disse que as reuniões da sala de situação da ANA estão marcadas para cada começo de estação, ou seja, para discutir o cenário e qual a previsão de chuva.

Em situação de escassez hídrica ou risco que possa comprometer a geração de energia elétrica para o atendimento do Sistema Interligado Nacional (SIN) conforme o monitoramento do Sistema Elétrico, as condições de operação do reservatório de Ilha Solteira abaixo do nível mínimo normal, poderão ser revistas pela ANA em articulação com o ONS.

Rua Rui de Almeida, nº 630 - Centro - Itumbiara-GO
comite.paranaiba@agenciaabha.com.br
(64) 3431-5026

Situação da hidrovia Paranaíba-Tietê-Paraná
Caramuru Alimentos S/A
Sindicato dos Armadores de Navegação Fluvial do Estado de São Paulo - SINDASP

Em Bariri as obras de melhoria continuam paradas, sem proteção dos pilares, já em Avanhandava o derrocamento é fundamental para a continuidade em períodos críticos, outro ponto crítico de navegação que está em cota mínima de 325 metros e 40 cm em relação ao nível do mar, ou seja, as obras precisam ser concluídas, para poder rebaixar para 323 metros, na outorgada (CTG) que é um grupo Chinês que venceu o leilão de Ilha Solteira e disse que a princípio está valendo a outorga que a ANA liberou.

Ilha Solteira tem importância relativa na geração de energia do país, no entanto é a maior ameaça sobre a possibilidade de voltar a interrupção de navegação. Todo problema que aconteceu foi na região de influencia dessa Usina, junto com a UHE de Três Irmãos, ou seja, bastou um problema num trecho de 8 km, para paralisarem uma hidrovia de 2.800 km.

O senhor **Luiz Fernando Siqueira (Sindasp)** disse que o nível mínimo precisa ser garantido para continuar a navegação. Falou que a água precisa ser gerenciada para não baixar na cota mínima de navegação, sendo que a atual preocupação é de pararem as obras, sendo um obstáculo a navegação.

O senhor **Maurício Leite (Coordenador do GT Hidrovia)** explicou que já existem perdas por não se navegar na capacidade máxima das embarcações. Disse que a evolução de cargas em 2017 foi 8 milhões de toneladas e a previsão para 2018 é chegar a quase 10 milhões desde que não se interrompa a hidrovia.

O senhor **Luiz Fernando Siqueira (Sindasp)** disse que existem muitas obras paradas ao longo da hidrovia e o setor questiona para não iniciarem novas obras e sim terminarem o que já começaram e recuperarem a perda de cronograma.

É preciso manter o nível mínimo estabelecido por lei para a navegação voltar a ter credibilidade do setor hidroviário, pois o problema não é por falta de chuva e sim por falta de gestão o que causou problemas não só econômicos como também sociais e ambientais.

É preciso uma visão global para aproveitamento dos recursos hídricos, programas de ações governamentais que tenham relações com o uso da água, também é importante fundamentar a relação dos órgãos gestores da bacia do rio Paranaíba e bacias de rios afluentes e articulações institucionais para que o PRH do rio Paranaíba seja realmente implementado, articulando diferentes setores do governo e iniciativas privadas, com a possiblidade de promover políticas de ações para aproveitamento dos usos múltiplos dos recursos hídricos e pensar em uma linha de outorga que seja viável diante das condições climáticas.

Encerramento. O senhor **Maurício Leite (Coordenador do GT Hidrovia)** informou que o Documento Orientativo será apreciado na 20ª Reunião Ordinária do CBH Paranaíba, que será realizada no dia 20 de junho, em Itumbiara - GO. Agradeceu a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos do grupo.